

Falta de luz adia votação de relatório sobre P. da Praia

Documento pede que obras no bairro não sejam iniciadas até esclarecimentos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

O tempo fechou dentro e fora da Câmara de Santos ontem à noite. Na rua, trovoadas. Na sede do Legislativo, os estrondos refletiam a possibilidade da aprovação de um relatório recomendando à Prefeitura que a obra do projeto Nova Ponta da Praia não comece antes que todas as dúvidas sejam esclarecidas.

Na primeira parte da sessão, reservada a requerimentos, era possível ver rodas e muita tentativa de convencimento. Alguns vereadores tentavam, bastante exaltados, convencer os colegas a derrubar o relatório. Outros pediam a aprovação do documento, alegando que a proposta não foi debatida com eles.

Pouco antes das 19 horas uma queda de energia calou o bate-boca. O presidente da Casa, Rui de Rosis (MDB), não esperou mais de 20 minutos para encerrar os trabalhos “por falta de condições técnicas”, adiando a votação para a próxima segunda-feira. A ordem do dia estava prevista para as 20 horas e a energia voltou antes disso.

O relatório parcial, que a Prefeitura não teria obrigação de seguir, foi elaborado por duas comissões de vereadores. A decisão de propor à Prefeitura que as obras não comecem até serem esgotadas todas as dúvidas surgiu depois que os legisladores listaram elementos insatisfatórios do projeto.

O vereador Sadao Nakai (PSDB) quer a aprovação do relatório. “O projeto foi apresentado durante o recesso parlamentar. Queremos esclarecer o que não foi informado pelo Governo num projeto dessa magnitude”.

Para o vereador Fabrício Cardoso (PSB), é preciso cumprir o papel de fiscalizar o Executivo. “Quere-



A área onde será construído o centro de convenções já tem sinais de obras em andamento

DEFESA E ATAQUE



“O relatório é divergente do que eu penso e do que diz a legislação. Foi nos apresentado o que seria feito pelo empreendedor”.

Adilson Júnior (PTB)
vereador



“Sou morador da Ponta da Praia, tenho uma história no bairro. As pessoas me perguntam sobre o projeto e não tenho as informações”.

Sadao Nakai (PSDB)
vereador

Legislativo em momento nenhum”

Para Adilson Júnior (PTB), que é contra o relatório, o documento é contrário à legislação aprovada pela Câmara. “Não compete ao Legislativo recomendar o não início das obras. Já fizemos o que nos é determinado por ofício: aprovar a Lei de Uso e Ocupação do Solo”.

O vereador Braz Antunes (PSD) acha que se o relatório for aprovado vai ocorrer atraso na obra. “Tem que fiscalizar, não segurar a obra politicamente”.

PREFEITURA

Em nota, a Prefeitura disse que já havia se manifestado sobre o relatório e que o detalhamento sobre o início das obras será divulgado hoje.

“A Prefeitura mantém o compromisso de não iniciar as edificações antes da conclusão dos EIVs (estudos de impacto de vizinhança)”

mos transparência total, ver se tudo está dentro da legalidade”.

O vereador Benedito Furtado (PSB) ressalta que “não houve debate com o